

A MOTIVAÇÃO DO LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO E O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Paulo Adyr Dias do Amaral
Raphael Silva Rodrigues

Copyright © 2017, D'Plácido Editora.
 Copyright © 2017, Paulo Adyr Dias do Amaral.
 Copyright © 2017, Raphael Silva Rodrigues.

Editor Chefe
Plácido Arraes

Produtor Editorial
Tales Leon de Marco

Capa, projeto gráfico
Tales Leon de Marco
(Sobre imagem por Caravaggio - SUNY College at
Oneonta, NY, Domínio público)

Diagramação
Bárbara Rodrigues da Silva

Editora D'Plácido
 Av. Brasil, 1843, Savassi
 Belo Horizonte – MG
 Tel.: 31 3261 2801
 CEP 30140-007



WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Todos os direitos reservados.
 Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida,
 por quaisquer meios, sem a autorização prévia
 do Grupo D'Plácido.

Catálogo na Publicação (CIP) Ficha catalográfica

AMARAL, Paulo Adyr Dias do; RODRIGUES, Raphael Silva.

A motivação do lançamento tributário e o novo código de processo civil
 -- Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2017.

Bibliografia

ISBN: 978-85-8425-629-7

1. Direito. 2. Direito Tributário. 3. Processo Civil I. Título.

CDU346

CDD341.49+341.46

GRUPO
D'PLÁCIDO



Rodapé



1104652

SUMÁRIO

PREFÁCIO	15
PROLEGÔMENOS	17
1. INTRODUÇÃO	21
2. SEGURANÇA JURÍDICA NO BRASIL – ASPECTOS HISTÓRICOS DE SUA EVOLUÇÃO EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA	25
2.1. No princípio era o caos.....	25
2.2. O atraso brasileiro.....	37
2.3. Evolução da segurança jurídica.....	41
3. PREMISSAS BÁSICAS	49
3.1. Direito Tributário e Direito Administrativo – a unidade fundamental do Direito	49
3.2. Necessidade de unificação da linguagem: procedimento e processo administrativo tributário	57
3.2.1. Antiga visão	57
3.2.2. Moderna concepção	59
3.2.3. Procedimento e processo no âmbito constitucional e administrativo.....	63

4. MOTIVAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO DE LANÇAMENTO **77**

4.1. Teoria dos Motivos Determinantes.....	77
4.2. Presunção de legitimidade do ato administrativo: uma falsa premissa.....	80
4.3. Ato administrativo de lançamento: existência e validade. Distinção entre motivo e motivação.....	92
4.4. Peculiaridade do Lançamento: a “tipicidade” ou especificidade conceitual. Reflexos deste traço na motivação	95
4.5. Invalidade do ato administrativo por vício relativo ao motivo.....	108

5. BOA-FÉ CONTRATUAL: A VERDADEIRA PRESUNÇÃO **113**

5.1. Boa-fé na Constituição da República brasileira: princípio subjacente ao sistema.....	114
5.2. Boa-fé como regra jurídica expressamente positivada	119

6. LANÇAMENTO E A GARANTIA DO CONTRADITÓRIO – CRÉDITO TRIBUTÁRIO NÃO CONTENCIOSO **133**

6.1. A figura do “crédito tributário não contencioso” – conceito.....	133
6.2. A (não) evolução jurisprudencial.....	142
6.3. Supressão do contraditório na órbita federal: o imposto de renda da pessoa jurídica e o problema da compensação.....	151
6.4. Supressão do contraditório na esfera estadual: o ICMS.....	154

6.5. O lançamento é necessário? É possível a exigibilidade de “tributo sem lançamento”?	157
6.6. Se o lançamento é obrigatório, como admitir o art. 150 do Código Tributário?	163
6.7. A obrigatoriedade do lançamento ainda mais se acentua na hipótese de descumprimento da obrigação pelo contribuinte	171
6.8 As modalidades de lançamento ditadas pelo Código: Todas elas configuram ato administrativo?	174
6.8.1 Lançamento por declaração	175
6.8.2. Lançamento de ofício	177
6.8.3. Lançamento por homologação	180
6.9. O lançamento e sua classificação em espécies. Existe lançamento que não seja de ofício?	189
6.10. A garantia do contraditório. As noções de lide e processo	197
6.11. O contraditório como pressuposto da ideia de justiça fiscal – o problema brasileiro	201
6.12. Retificação da Declaração – a oportunidade de correção de nossos próprios erros	203
6.12.1 Limites à praticidade no Processo Tributário	206
6.12.2. A retificação e seus contornos	209
6.13. Em que situação seria admissível o “crédito tributário não contencioso”?	213
6.14. Código de Defesa do Contribuinte: A ideia da “velha” reafirmação de princípios constitucionais (boa-fé e contraditório)	214
6.14.1. O Projeto de Lei Complementar	214

6.14.2. Código de Defesa do Contribuinte em Minas Gerais.....	219
7. PROVAS	223
7.1. Prova e elisão fiscal	224
7.2. Necessidade de elaboração de nova regra, em torno da prova, no Direito Processual Tributário.....	255
7.2.1. Ônus da prova ou dever de investigação?.....	256
7.2.2. Estrutura da regra probatória – Uma proposta	262
7.3. Meios de Prova. Presunções, indícios e ficções	270
CONSIDERAÇÕES FINAIS	283
REFERÊNCIAS	289
A TÍTULO DE POSFÁCIO	309